



Ministério da
Fazenda



Ofício nº 359 / 2017 - RFB/Gabinete.

Brasília, 05 de junho de 2017.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Paulo Paim
Senado Federal - Anexo 22º Andar
70165-900 - Brasília/DF

Assunto: Resposta ao Ofício nº 82/2017- CPIPREV, de 25/05/2017 – Requerimento 156/2017.

Senhor Senador,

Encaminho a Vossa Excelência, em anexo, para apreciação e demais providências a Nota Codac nº 131, de 2 de junho de 2017, elaborada pela Coordenação-Geral de Arrecadação e Cobrança desta Secretaria da Receita Federal do Brasil, que analisou o Requerimento em epígrafe.

Atenciosamente,

Assinado digitalmente
JORGE ANTÔNIO DEHER RACHID
Secretário da Receita Federal do Brasil

Gabinete da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)
Esplanada dos Ministérios, Bloco P, 7º andar, Cep. 70048-900 – Brasília-DF
<http://rfb.gov.br/>

Ministério da
Fazenda

Receita Federal

Nota Codac/Gab nº 131, de 2 de junho de 2017.**Interessado:** Senador Paulo Paim**Assunto:** Requerimento de Informação 156/2017 – CPIPREV**e-Processo nº 10030.000882/0517-72**

Trata-se do Requerimento de Informação nº 156/2017, de autoria do Senador Paulo Paim, dirigido ao Senhor Secretário da Receita Federal do Brasil por meio do Ofício nº 82/2017 - CPIPREV, de 25 de maio de 2017, no qual, para fins de instruir os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento nº 161 de 2017 do Senado Federal com a finalidade de “*investigar a contabilidade da previdência social, esclarecendo com precisão as receitas e despesas do sistema, bem como todos os desvios de recursos*”, requer seja apresentada a prestação de contas obrigatória nos termos do § 2º do art. 2º da Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007¹, do período de 2010 a 2017.

Em resposta à solicitação, informa-se que os dados solicitados podem ser obtidos na prestação de contas anual da Presidência da República, disponível no endereço eletrônico www.cgu.gov.br.

Na prestação de contas do ano de 2016, por exemplo, que poderá ser acessada no link <http://www.cgu.gov.br/assuntos/auditoria-e-fiscalizacao/avaliacao-da-gestao-dos-administradores/prestacao-de-contas-do-presidente-da-republica/arquivos/2017/pcpr-2016.pdf>, na Parte II, que trata do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, pode-se encontrar na primeira tabela, no item 5, o Resultado da Previdência no qual está discriminado tanto a arrecadação líquida do INSS (item 5.1), quanto as compensações nos termos do § 3º do art. 2º da LDO de 2016² (item 9).

Isso posto, encaminhe-se esta Nota ao Coordenador-Geral de Auditoria Interna e Gestão de Riscos para subsidiar resposta ao interessado.

Assinado digitalmente

Frederico Igor Leite Faber

Auditor-Fiscal da RFB

Coordenador-Geral de Arrecadação e Cobrança - Substituto

¹ 2º Nos termos do art. 58 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a Secretaria da Receita Federal do Brasil prestará contas anualmente ao Conselho Nacional de Previdência Social dos resultados da arrecadação das contribuições sociais destinadas ao financiamento do Regime Geral de Previdência Social e das compensações a elas referentes.

² § 3º Poderá haver, durante a execução orçamentária de 2016, compensação entre as metas estabelecidas para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e para o Programa de Dispendios Globais de que trata o art. 10, inciso VI, desta Lei e para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.